

**-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**

No que se refere ao plano de contas e aos procedimentos de escrituração, julgue os itens que seguem.

- 51 São usuárias do Sistema Público de Escrituração Digital todas as entidades comerciais, industriais, prestadoras de serviços e cooperativas, com ou sem fins lucrativos, estabelecidas no território nacional.
- 52 Uma escrituração contábil adequada deve ser realizada em idioma e em moeda corrente nacionais; em forma contábil; em ordem cronológica de dia, mês e ano; sem borrões, rasuras ou emendas; e com base em documentos ou elementos que comprovem ou evidenciem fatos contábeis.
- 53 As contas contábeis que integram o plano de contas classificam-se em circulantes e não circulantes.
- 54 Os grupos patrimoniais ativo e passivo são compostos tanto por contas devedoras quanto por contas credoras.
- 55 O livro diário é indispensável para a escrituração contábil, mas a entidade pode adotar tantos livros quantos considere necessários a essa atividade.

Julgue os itens subsequentes, no que se refere à elaboração de demonstrações contábeis, segundo a legislação e os normativos vigentes no País.

- 56 Os resultados abrangentes oriundos da aplicação do método da equivalência patrimonial sobre investimentos devem ser evidenciados, na demonstração de outros resultados abrangentes da investidora, com a classificação de cada um de seus componentes conforme sua natureza.
- 57 Considere que, para determinada entidade, o caixa e os equivalentes de caixa somaram R\$ 2.500 ao final de dado exercício, e que, no exercício seguinte, ocorreram os seguintes eventos:
- as atividades de financiamento geraram um caixa líquido de R\$ 1.200;
  - as atividades de investimento consumiram um caixa líquido de R\$ 3.500;
  - recebimento de vendas de R\$ 3.000;
  - pagamento de compras de R\$ 1.500;
  - pagamento de despesas operacionais de R\$ 900;
  - pagamento de despesas financeiras de R\$ 500; e
  - os dividendos pagos tenham sido de R\$ 750.

Nessas condições, o saldo de caixa e equivalentes ao final do novo exercício social será negativo em R\$ 450.

- 58 Em uma demonstração do valor adicionado, o que diferencia o valor adicionado bruto do valor adicionado líquido produzido pela entidade é o montante de depreciação, amortização e exaustão.
- 59 Suponha que, ao final de determinado exercício, os ativos totais de uma empresa, correspondentes à soma dos passivos totais e do patrimônio líquido, apresentavam o valor de R\$ 120 milhões, já computados os resultados do exercício. Suponha, ainda, que, imediatamente antes de encerrado o exercício, a empresa tenha adquirido R\$ 2 milhões em ações de sua própria emissão, a preço de mercado. Nesse caso, houve aumento do saldo do patrimônio social da empresa, bem como aumento no grupo investimentos.
- 60 Na demonstração do resultado do exercício, rubrica própria deve evidenciar a perda por redução ao valor recuperável de ativos.

As informações a seguir foram obtidas da contabilidade de determinada entidade hipotética, em um período em que não havia estoques iniciais de qualquer espécie e toda a produção, de 5 mil unidades, havia sido concluída no próprio período.

<b>custos unitários</b>	matérias-primas diretas	R\$ 25
	mão de obra direta	R\$ 5
	despesas de comercialização	R\$ 3
<b>custos fixos totais</b>	custos de produção	R\$ 150.000
	custos gerais	R\$ 100.000

A partir das informações precedentes, julgue os itens que se seguem.

- 61 Pelo custeio por atividade, um custo fixo que possa ser associado a um objeto de custeio sem o uso de procedimentos de rateio arbitrários deve compor o custo do objeto em questão, mas custos que exijam rateios arbitrários devem ser reconhecidos como despesa do período.
- 62 Para que a entidade atinja seu ponto de equilíbrio com a venda total da produção no período, o preço de venda de cada unidade produzida deve ser igual a R\$ 80.
- 63 Segundo o método do custeio por absorção, o custo de cada unidade produzida pela entidade foi de R\$ 60.
- 64 Pelo custeio variável, cada unidade produzida pela entidade custa R\$ 27 a menos do que pelo custeio por absorção.

Da contabilidade de uma entidade hipotética foram extraídas as seguintes informações.

<b>grupo patrimonial</b>	<b>20X1</b>	<b>20X0</b>
ativo circulante cíclico	\$ 154	\$ 137
ativo circulante financeiro	\$ 161	\$ 146
ativo não circulante	\$ 209	\$ 189
passivo circulante cíclico	\$ 64	\$ 49
passivo circulante financeiro	\$ 131	\$ 123
passivo não circulante	\$ 329	\$ 300

<b>item patrimonial e de resultado</b>	<b>20X1</b>	<b>20X0</b>
estoques	\$ 54	\$ 48
imobilizado	\$ 188	\$ 161
patrimônio líquido	\$ 262	\$ 246
receita operacional líquida	\$ 976	\$ 905
lucro operacional líquido	\$ 48	\$ 41

Com base nessas informações e considerando 20X0 como o ano inicial do período, julgue os próximos itens.

- 65 Entre os anos 20X0 e 20X1, a entidade reduziu a participação de recursos próprios em sua estrutura de capitais.
- 66 A liquidez corrente da entidade melhorou no período, mas a liquidez geral piorou.
- 67 A qualidade do endividamento da entidade piorou no período.
- 68 O retorno obtido pela entidade sobre os investimentos aumentou no período.

No que concerne à receita e à despesa sob o enfoque patrimonial e à realização da variação patrimonial no setor público, julgue os seguintes itens.

- 69 Na hipótese de uma despesa orçamentária ser liquidada concomitantemente com a prestação do serviço, a despesa orçamentária e o fato gerador da variação patrimonial diminutiva devem ser contabilizados ao mesmo tempo.
- 70 Quando há uma concessão de suprimento de fundos, tanto o registro da variação patrimonial diminutiva quanto o da despesa orçamentária devem ser feitos no ato da concessão.

No que diz respeito à mensuração de ativos no setor público, julgue os itens seguintes.

- 71** No processo de depreciação, o cálculo do valor residual é efetuado por estimativa, sendo seu valor determinado antes do início da depreciação.
- 72** Quando um ativo imobilizado for adquirido por meio de uma transação sem contraprestação, seu valor deverá ser mensurado pelo custo de reposição.
- 73** Na redução ao valor recuperável, o valor em uso de um ativo não gerador de caixa é o valor presente do potencial de serviços remanescente do ativo.
- 74** Um ativo intangível deve ser reconhecido inicialmente pelo seu valor justo.

Acerca do processo de mensuração das provisões e dos passivos contingentes do setor público, julgue os itens que se seguem.

- 75** Os passivos contingentes devem ser reavaliados na data de apresentação das demonstrações contábeis, e seus valores devem ser ajustados no balanço patrimonial para refletir a melhor estimativa corrente.
- 76** Em caso de desobediência a uma lei ambiental por uma entidade pública, uma provisão deve ser constituída caso fique claro que um dano foi causado e que a reparação será exigida.

#### Espaço livre

Considerando que o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) está estruturado em naturezas da informação contábil e que os lançamentos devem debitar e creditar contas que apresentem a mesma natureza de informação, julgue os itens a seguir.

- 77** No controle de disponibilidade pelo empenho de compra de um equipamento à vista, na perspectiva da natureza de informação de controle (NIC), devem ser lançados um débito na classe 5 – controles da aprovação do planejamento e orçamento, e um crédito na classe 8 – controles credores.
- 78** No recebimento de uma receita de impostos, sob a perspectiva da natureza de informação orçamentária (NIO), devem ser lançados um débito na classe 7 – controles devedores, e um crédito na classe 6 – controles da execução do planejamento e orçamento.
- 79** Na baixa de um bem inservível, sob a perspectiva da natureza de informação patrimonial (NIP), devem ser lançados um débito na classe 3 – variação patrimonial diminutiva (VPD), e um crédito na classe 1 – ativo.

As seguintes transações foram registradas por determinada entidade pública em seu primeiro exercício financeiro, já encerrado:

- a aprovação na lei orçamentária anual do valor de \$ 300 mil, tendo sido a despesa fixada no mesmo valor da receita prevista;
- b lançamento de impostos no valor de \$ 160 mil, tendo sido arrecadada metade desse valor;
- c realização de receita de operação de crédito no valor de \$ 140 mil, com recebimento imediato do recurso, para pagamento da dívida em 10 anos;
- d empenho, liquidação e pagamento de folha de pessoal no valor de \$ 100 mil;
- e empenho e liquidação de equipamentos no valor de \$ 200 mil, metade paga à vista e metade inscrita em restos a pagar;
- f recebimento de bem em doação no valor de \$ 120 mil.

Com base nas informações apresentadas na situação hipotética precedente, julgue os itens a seguir, relativos à elaboração das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (DCASP).

- 80** O resultado financeiro do exercício apurado no balanço financeiro da entidade pública em apreço será superavitário em \$ 20 mil.
- 81** O resultado patrimonial do exercício apurado na demonstração das variações patrimoniais da referida entidade foi superavitário em \$ 80 mil.
- 82** O resultado orçamentário do exercício apurado no balanço orçamentário dessa entidade pública será nulo.

Em determinado exercício financeiro encerrado, uma entidade governamental registrou a previsão da receita de tributos no mês de janeiro, seu lançamento no mês de fevereiro, sua arrecadação no mês de março e seu recolhimento no mês de abril.

Considerando as informações apresentadas e que, na situação hipotética precedente, a entidade governamental tenha obedecido a todas as normas do MCASP vigente, julgue os itens a seguir, relativos ao regime orçamentário e ao regime contábil da entidade em questão.

- 83** O reconhecimento do crédito da entidade em questão pelo regime contábil poderia ter sido efetuado no mês de fevereiro, no momento em que os tributos foram lançados.
- 84** Como a previsão da receita foi registrada no mês de janeiro, conclui-se, com base nas normas do MCASP, que a receita orçamentária da entidade em apreço foi reconhecida nesse mesmo mês.

Em relação a impostos, taxas e contribuições, julgue os itens a seguir, considerando as disposições da Constituição Federal de 1988 (CF) e a jurisprudência dos tribunais superiores.

- 85** Por se enquadrarem na espécie tributária taxa, as taxas judiciais e as custas judiciais não podem ser cobradas simultaneamente, sob pena de se configurar *bis in idem*.
- 86** É competência comum à União, aos estados e ao Distrito Federal a instituição de contribuições sociais e de interesse das categorias profissionais ou econômicas.
- 87** De acordo com a CF, os impostos, as taxas e as contribuições terão, sempre que possível, caráter pessoal e serão graduados conforme a capacidade financeira do contribuinte.

Acerca do imposto sobre a renda (IR) e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), julgue os seguintes itens conforme a jurisprudência dos tribunais superiores.

- 88** É legítima a incidência do IR sobre valores recebidos a título de complementação temporária de aposentadoria.
- 89** As indenizações de férias proporcionais e o respectivo adicional são isentos do IR.
- 90** Incidem o IR e a CSLL sobre a correção monetária das aplicações financeiras, na medida em que estas se caracterizam, legal e contabilmente, como receita bruta, na condição de receitas financeiras componentes do lucro operacional.
- 91** Os valores relativos à taxa SELIC recebidos pelo contribuinte na repetição de indébito tributário não compõem a base de incidência do imposto sobre a renda da pessoa jurídica (IRPJ) ou da CSLL.

Considerando o tratamento normativo dado pela Receita Federal do Brasil às retenções na fonte realizadas pela administração pública federal, julgue os itens a seguir, de acordo com a Instrução Normativa n.º 1.234/2012.

- 92** Os valores retidos deverão ser recolhidos ao Tesouro Nacional, mediante DARF, até o último dia útil do trimestre em que tiver sido efetuado o pagamento à pessoa jurídica fornecedora do bem ou prestadora do serviço.
- 93** As retenções tributárias serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços, para entrega futura.

À luz do disposto na Instrução Normativa n.º 2.110/2022 da Receita Federal do Brasil, julgue o próximo item.

- 94** Relativamente ao cumprimento de obrigações previdenciárias dos seus empregados segurados não abrangidos por regime próprio de previdência social (RPPS), os órgãos públicos da administração direta, as autarquias e as fundações de direito público equiparam-se à empresa.

Julgue os seguintes itens, acerca da escrituração fiscal digital de retenções e outras informações fiscais (EFD-Reinf).

- 95** O sujeito passivo que deixar de apresentar tempestivamente a EFD-Reinf será intimado a apresentar a escrituração original, no prazo estipulado pela Receita Federal do Brasil, podendo-lhe ser aplicadas multas previstas na legislação tributária.
- 96** A EFD-Reinf deve ser transmitida ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e, depois de enviada, será considerada válida se contiver certificado digital.

**Espaço livre**

No que concerne à atividade de auditoria governamental, julgue os itens seguintes.

- 97** Uma das finalidades da auditoria operacional é avaliar os resultados organizacionais.
- 98** Em suas atividades, a unidade de auditoria interna é competente para avaliar a adequação e a eficácia do gerenciamento de riscos da entidade.
- 99** As atividades independentes de avaliação e de consultoria são próprias da auditoria externa.

Em relação ao planejamento de auditoria, julgue os itens subsequentes.

- 100** A identificação e a avaliação preliminar dos controles internos têm por objetivo a identificação dos controles estabelecidos para tratamento dos riscos relevantes e a avaliação acerca de sua capacidade de garantir segurança razoável para o gerenciamento dos riscos a um nível aceitável.
- 101** O plano de auditoria de longo prazo (PALP) tem abrangência quinquenal e contém, no mínimo, as áreas ou os temas auditáveis em sentido amplo e os objetivos das avaliações de cada área ou tema.

No decorrer de uma auditoria interna, a equipe de auditores de um órgão do Poder Judiciário federal deslocou-se até o almoxarifado central do órgão e, por meio da técnica de inspeção física, efetuou a contagem do item “microcomputadores portáteis em estoque”. A equipe de auditoria constatou que, embora os registros do sistema informatizado de controle patrimonial indicassem a existência de vinte unidades do referido item no almoxarifado central, havia apenas cinco unidades no local.

A partir da situação hipotética precedente, julgue os itens seguintes.

- 102** A equipe de auditoria deve buscar identificar a causa do achado, para relatar a razão que ensejou a ocorrência da situação encontrada.
- 103** A impressão da tela do sistema informatizado de controle patrimonial, a qual evidencia o registro da existência de vinte unidades de microcomputadores portáteis no almoxarifado central, é evidência apropriada e suficiente para que a equipe de auditoria relate furto de bens do patrimônio do órgão público em questão.
- 104** Ao selecionar, com base na materialidade, os itens do almoxarifado a serem submetidos à contagem, a equipe de auditoria deve considerar a representatividade dos valores sujeitos a riscos, em termos orçamentários, financeiros e patrimoniais.
- 105** A técnica de inspeção física utilizada pela equipe de auditoria em apreço consiste na obtenção de informações com a finalidade de confrontar declarações de terceiros com os documentos constantes do escopo da auditoria.

No que se refere à prestação de contas da administração pública federal e à responsabilidade fiscal, julgue os itens a seguir.

- 106** O relatório de gestão fiscal de um tribunal do Poder Judiciário federal é emitido quadrimestralmente e deve ser assinado, entre outras autoridades, pelo presidente do tribunal e pelo responsável pelo controle interno.
- 107** Compete aos órgãos de controle interno do Poder Judiciário federal emitir relatório de auditoria das contas dos responsáveis sob seu controle e encaminhá-lo ao Tribunal de Contas da União, ao qual cabe a emissão do correspondente certificado de auditoria.

Acerca do orçamento público e dos diversos aspectos a ele concernentes, julgue os itens a seguir.

- 108** Os créditos extraordinários destinam-se ao atendimento de despesas imprevistas, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, e só podem ser abertos por lei específica com prévia autorização legislativa.
- 109** A lei orçamentária anual deve ser aprovada antes do início do exercício financeiro e seguir as fases clássicas do ciclo orçamentário: elaboração, aprovação, execução e controle.
- 110** A lei de diretrizes orçamentárias (LDO) é responsável por estabelecer metas e prioridades da administração pública, além de orientar a elaboração da lei orçamentária anual.
- 111** O plano plurianual (PPA) é o instrumento de médio prazo responsável por estabelecer a execução orçamentária dos cinco anos seguintes ao exercício financeiro vigente.

No que se refere à programação e à execução orçamentária e financeira, à receita pública e à dívida ativa, julgue os itens seguintes.

- 112** O lançamento, que pode ser direto ou de ofício, é o estágio da receita pública que consiste na constituição do crédito e na arrecadação do recurso pelo agente público.
- 113** A descentralização orçamentária consiste na transferência de recursos financeiros entre órgãos de um mesmo ente federativo, mantendo-se a vinculação à dotação orçamentária de origem.
- 114** As alterações orçamentárias, como as transposições, os remanejamentos e as transferências, são limitadas ao âmbito interno do órgão, do programa ou da categoria econômica.
- 115** A dívida ativa abrange os créditos da fazenda pública provenientes de tributos não pagos nos prazos legais e que tenham sido inscritos para cobrança judicial ou administrativa.
- 116** A receita pública derivada decorre da exploração do patrimônio público e compreende taxas, tarifas e preços públicos.

A respeito de aspectos relativos à despesa pública, julgue os itens subsequentes.

- 117** Restos a pagar não processados correspondem às despesas empenhadas e que, sendo obrigações reais para o devedor, não foram pagas até 31 de dezembro do exercício em questão.
- 118** A dívida flutuante compreende os restos a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria, com vencimentos de curto prazo.
- 119** Despesas de capital, a exemplo de investimentos e produtos para revenda, visam à aquisição de bens para o funcionamento da máquina pública e estão relacionadas à manutenção das atividades correntes da administração.
- 120** A liquidação da despesa pública consiste na verificação do direito adquirido pelo credor e do cumprimento do objeto contratado, sendo prévia ao pagamento.